



SCARANO (Julieta). — *Devoção e Escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino, no Século XVIII*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1976. 171 p. 21 cm. (Brasiliiana, 357). 3 apêndices e bibliografia.

Passando por uma fase de prodigalidade e na reedição de importantes obras esgotadas, mas sem descuidar da edição de novos lançamentos, a prestigiada Coleção BRASILIANA oferece ao público a tese de doutoramento de Júlia Maria Leonor (Julita) Scarano, professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (SP), tese elaborada sob a orientação do Prof. Sérgio Buarque de Holanda e defendida na Universidade de São Paulo, em outubro de 1969.

Não basta o entusiasmo natural de acolher a publicação de um trabalho de cunho universitário. É preciso mais. É mister ressaltar, dentre outros pontos, a feliz escolha do tema, a riqueza documental e a forma de tratamento dispensada.

O tema escolhido por Julita Scarano tem sido objeto de estudos, viáveis e regra superficial, especialmente aqueles que tratam da sirmadade s leigas e m Minas Gerais. A exceção de poucos autores, com o Fritz Teixeira de Salles (*Associações Religiosas no Ciclo do Ouro*. Belo Horizonte, U.F.M.G. — Centro de Estudos Mineiros, 1963), o que se conhece são sempre obras que fazem simples alusão à existência das irmandades mineiras no século XVIII. Por seu turno, a presente obra, embora pretenda tratar tão somente de uma delas (como declara o seu sub-título), oferece-nos, na verdade, vasto panorama da dinâmica interna e da atuação deste s sodalícios.

A riqueza documental não pode ser esquecida. Aliás, diríamos mesmo que aí reside o ponto alto do trabalho. Pelas referências às instituições nas quais a pesquisa das fontes primárias foi realizada, dentro e fora do país (Arquivo Público Mineiro, Arquivo da Arquidiocese de Diamantina, Biblioteca Municipal de São Paulo, Arquivo Histórico Ultramarino — Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo — Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, Arquivo do Tribunal de Contas — Lisboa, Arquivo Público e Biblioteca Distrital de Évora e Biblioteca Pública Municipal do Porto), bem como pelas fontes secundárias, vê-se bem a tarefa paciente e cuidadosa da autora, o que, por si, já nos demonstraria seu bom desempenho no *métier d'historien*, de que falava Bloch. Não é, portanto, trabalho apressado, gerando conclusões apressadas. Pelo roteiro de pesquisa enunciado na *Introdução* pode-se constatar a seriedade com que nela se deteve a Profa. Scarano. Seu trabalho resulta, assim, no produto natural de quem buscou por todos os meios e em todos os lugares o documento, a fonte primária, fazendo-o falar, muito s deles, e não a maior parte, pela primeira vez.

Pretendendo tratar de uma irmandade, o texto, com o fito dito, foi além. A forma de tratamento encontrada pela autora permite-nos uma visão clara do funcionamento e da importância dessas associações no Brasil-Colônia, e, particularmente, na região mineradora. Assim, a s extrapolações e inferências não são feitas pelo leitor de maneira desordenada. A própria narrativa estabelece um estudo comparativo entre a confraria objeto da tese, suas congêneres de outras partes do Brasil e de Portugal à época e suas co-irmãs do

Distrito Diamantino. Por isso, a análise não isola o fenômeno. Antes, dá-lhe vida, na medida em que o situa no contexto social a que pertence, que o gera e transforma.

A obra divide-se em quatro partes. Na primeira (*As Irmandades*), subdividida em três capítulos, estuda, respectivamente, a "jurisdição eclesiástica e temporal", a "classificação social nas irmandades" e o culto de "Nossa Senhora do Rosário, protetora dos homens de cor". Merece destaque o primeiro, que trata das rivalidades e da disputa entre os dois poderes pela jurisdição sobre os assuntos eclesiásticos na capitania de Minas, onde a ausência de ordens religiosas levava o clero regular a toda sorte de desatinos. Aqui, mais do que em outras capitanias, os preceitos do Mestrado da Ordem de Cristo foram exercidos de maneira a não restarem dúvidas quanto à hegemonia real. De qualquer forma, fica caracterizado o peso do regalismo português sobre as irmandades, como se depreende, por exemplo, da Provisão de Julho de 1765, citada à p. 22.

Sendo de inspiração medieval, quando as corporações de ofício foram organizadas, as irmandades transplantadas para o Brasil sofreriam, obviamente, sua influência. A par de inúmeras diferenças, as associações mineiras guardaram não uma reserva de ordem profissional (como as corporações), mas de pigmentação. Esta é a temática do segundo capítulo. O terceiro analisa historicamente a adoção de Nossa Senhora do Rosário como orago da invocação dos homens de cor, antecedendo mesmo o Descobrimento do Brasil, e que em Lisboa, por obra dos dominicanos, desenvolvia intensa atividade (p. 34-48). Pelo estudo mais abrangente das irmandades, vistas aqui no contexto do sistema colonial, julgamos, repetindo, que é na primeira parte da obra que se deve buscar o seu ponto alto.

A segunda parte, também dividida em três capítulos, trata das "bases religiosas da Irmandade", da "irmandade e as relações econômicas" e da "irmandade e o auxílio mútuo". O primeiro capítulo aponta as razões do à religiosidade pelo homem da área mineradora, em particular do homem de cor. Mostra o seu total envolvimento na religião, desde o nascimento até a morte, esta "a presença mais palpável, que a todos parece trazer constante preocupação, mostrando que o Setecentos mineiro herdou e manteve essa maneira de ser que floresceu em determinados setores da vida medieval e barroca" (p. 53). O capítulo segundo estuda como uma associação de negros obtinha os fundos necessários e de que maneira os empregava. No último capítulo, pode-se ler como o auxílio mútuo, numa sociedade essencialmente instável como aquela, torna-se aspecto fulcral na atuação das confrarias, especialmente no que respeita à compra da alforria, auxílio-doença, alimentação de escravos presos e amparo à velhice de seus membros.

Na terceira parte (*Os Membros da Irmandade*) são estudados os associados, através de três categorias sociais: os "homens negros cativos", os forros e os pardos e os brancos, detendo-se mais exaustivamente nos primeiros,

não apenas por constituírem o elemento mais numeroso, como também aquele "que lhe deu caráter mais específico pelas características de sua peculiar situação jurídica".

A quarta e última parte, intitulada *A Irmandade e a Integração do Negro no Distrito*, apresenta a confraria como o único instrumento de inserção do negro na sociedade mineradora, para além da possibilidade de oferecer auxílio e receber proteção e amparo (p. 146). Como afirma a autora, "a irmandade era uma organização aceita, protegida pela ação pessoal de reis e eclesiásticos, que proporcionava ao homem de cor um instrumento para enfrentar situações de injustiça e sofrimento. Não transformava e nem mesmo tentava por fim à escravidão, mas na medida de suas possibilidades procurava diminuir seus malefícios" (p. 147).

Deve ser lembrado ainda que, seguindo boa norma de trabalho científico, a autora aponta, em mais de uma passagem, (p. 3, 5, 17, 19, 25, 26, 82 e 91), ricos veios para outras pesquisas, numa demonstração da inesgotabilidade do tema histórico.

Em resumo pode-se afirmar que a análise de Julita Scarano vem inscrever-se dentre aquelas que honram a pesquisa universitária e torna-se, pois, leitura imprescindível para quantos queiram compreender a existência e a ação das irmandades leigas no período colonial, mormente nas Minas Gerais.

CAIO CÉSAR BOSCHI.

\* \*